



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU-PE
PODER LEGISLATIVO
CASA DE DUARTE COELHO

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS NO QUADRO
PERMANENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU-PE**

CADERNO DE PROVA

Prova : ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Data: 15/09/2019

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Além deste Caderno de Provas, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala, uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas).

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas, será 03(três) horas:

- Permanência mínima de 01 (uma) hora após o início da prova;
- O candidato poderá levar seu Caderno de Provas 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;
Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;
Sair do prédio de aplicação das provas portando a Folha de Respostas, documento oficial para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta(material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas;
- Os 03 (três) últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.



NOME			
INSCRIÇÃO	SALA	IDENTIDADE	ORGAO/UF

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA

O texto a seguir serve de base para as respostas das questões **01** e **02**.

A FADIGA DA INFORMAÇÃO (Fragmento)

Há uma nova doença no mundo: a fadiga da informação. Antes mesmo da Internet, o problema já era sério, tantos e tão velozes eram os meios de informação existentes, trafegando nas asas da eletrônica, da informação, dos satélites. A Internet levou o processo ao apogeu, criando a espécie dos internautas e estourando os limites da capacidade humana de assimilar os conhecimentos e os acontecimentos desse mundo. Pois os instrumentos de comunicação se multiplicam, mas o potencial de captação humana – do ponto de vista físico, mental e psicológico – continua restrito. Então, diante do bombardeio crescente de informações, a reação de muitos tende a tornar-se doentia: ficam estressados, perturbam-se e perdem a eficiência no trabalho.

Já não se trata de imaginar como esse fenômeno possa ocorrer. Na verdade, a síndrome da fadiga da informação está em plena evidência, conforme pesquisa recente nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países, junto a 1300 executivos. Entre os sintomas da doença apontam-se a paralisia da capacidade analítica, o aumento das ansiedades e das dúvidas, a inclinação para decisões equivocadas e até levianas.

(MARZAGÃO, Augusto. In: DIMENSTEIN, Gilberto. Aprendiz do futuro: cidadania hoje e amanhã. São Paulo: Editora Ática, 1999.)

Questão 01

A partir da leitura do texto, pode-se afirmar que sua principal ideia é:

- a) A quantidade de informações à que somos expostos, que chegou ao máximo com o advento da Internet, tem nos deixado doentes.
- b) Quanto mais aumentam as facilidades de se obter informações, mais doentes estas se mostram, levando-nos ao estresse.
- c) A síndrome da fadiga da informação está em plena evidência, tornando-nos mais capazes, em relação ao potencial de captação cognitiva.
- d) Estresse, perturbação e ineficiência no trabalho são as consequências que atingirão a todos nós, humanos, por estarmos mergulhados numa infindável cascata de informações.
- e) Uma pesquisa recente, feita nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países, concluiu que há uma nova doença no mundo, comprovada pela OMS.

Questão 02

“Já não se trata de imaginar como **esse fenômeno** possa ocorrer.” O termo em destaque estabelece uma relação de coesão com qual dos termos destacados abaixo?

- a) “Antes mesmo **da Internet**”.
- b) “criando **a espécie dos internautas** e estourando os limites da capacidade humana de assimilar os conhecimentos e os acontecimentos desse mundo.”.
- c) “Há uma nova doença no mundo: **a fadiga da informação**.”.
- d) “**a reação de muitos** tende a tornar-se doentia: ficam estressados, perturbam-se e perdem a eficiência no trabalho.”.
- e) “a reação de muitos tende a tornar-se doentia: ficam estressados, perturbam-se e perdem **a eficiência no trabalho**.”.

Utilize o texto abaixo para responder às questões **03**, **04**, **05**, **06** e **07**.

AS CARIDADES ODIOSAS

Foi uma tarde de sensibilidade ou de suscetibilidade? Eu passava pela rua depressa, emaranhada nos meus pensamentos, como às vezes acontece. Foi quando meu vestido me reteve: alguma coisa se enganchara na minha saia. Voltei-me e vi que se tratava de uma mão pequena e escura. Pertencia a um menino que a sujeira e o sangue interno davam um tom quente de pele. O menino estava de pé no degrau da grande confeitaria. Seus olhos, mais do que suas palavras meio engolidas, informavam-me de sua paciente aflição. Paciente demais. Percebi vagamente um pedido, antes de compreender o seu sentido concreto. Um pouco aturdida eu o olhava, ainda em dúvida se fora a mão da criança o que me ceifara os pensamentos.

- Um doce, moça, compre um doce para mim. Acordei finalmente. O que estivera pensando antes de encontrar o menino? O fato é que o pedido deste pareceu cumular uma lacuna, dar uma resposta que podia servir para qualquer pergunta, assim como uma grande chuva pode matar a sede de quem queria uns goles de água.

Sem olhar pra os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino.

De que tinha eu medo? Eu não olhava a criança, queria que a cena, humilhante para mim terminasse logo. Perguntei-lhe: que doce você...

Antes de terminar, o menino disse apontando depressa com o dedo: aquelezinho ali, com chocolate por cima. Por um instante perplexa, eu me recompus

logo e ordenei, com aspereza, à caixeira que o servisse.

- Que outro você quer? Perguntei ao menino escuro. Este, que mexendo as mãos e a boca ainda esperava com ansiedade pelo primeiro, interrompeu-se, olhou-me um instante e disse com delicadeza insuportável, mostrando os dentes: não precisa de outro não. Ele poupava a minha bondade.

- Precisa sim, cortei eu ofegante, empurrando-o para frente. O menino hesitou e disse: aquele amarelo de ovo. Recebeu um doce em cada mão, levantando as duas acima da cabeça, com medo talvez de apertá-los. Mesmo os doces estavam tão acima do menino escuro. E foi sem olhar para mim que ele, mais do que foi embora, fugiu. A caixeira olhava tudo:

- Afinal uma alma caridosa apareceu. Esse menino estava nesta porta há mais de uma hora, puxando todas as pessoas que passavam, mas ninguém quis dar.

Fui embora, com rosto corado de vergonha. De vergonha mesmo? Era inútil querer voltar aos pensamentos anteriores. Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha. Mas, como se costuma dizer, o Sol parecia brilhar com mais força. Eu tivera a oportunidade de... e para isso fora necessário um menino magro e escuro... E para isso fora necessário que outros não lhe tivessem dado doces.

E as pessoas que tomavam sorvete? Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem? O fato é que, quando atravessasse a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos. E, agora, sozinha, meus pensamentos voltavam lentamente a ser os anteriores, só que inúteis. (...) (LISPECTOR, Clarice. As caridades odiosas. In: **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984. p.380-3.)

Questão 03

“Eu passava pela rua depressa, emaranhada nos meus pensamentos, como às vezes acontece. Foi quando meu vestido me reteve: alguma coisa se enganchara na minha saia.” A partir desse trecho do texto, assinale a alternativa correta:

- Nesse trecho, a narradora fez uso de uma metáfora, ao referir-se ao vestido que se enganchara.
- “O vestido reter” a narradora diz respeito ao fato de que sua roupa estava muito apertada, atrapalhando os seus passos.
- Na construção de “estar emaranhada” em seus pensamentos foi usado o mesmo processo linguístico que em “meu vestido me reteve”: o uso de uma personificação.
- O fato de andar depressa, pelas ruas, fez a narradora se emaranhar em seus pensamentos, e esse emaranhado terminou por levá-la, também, a tropeçar em sua própria saia.

- Andar apressada pela rua, ato não frequente ao dia a dia da narradora, não a levou a se perder em pensamentos. E ser “retida pelo vestido” diz respeito ao fato de algo ou alguém ter tentado impedir seus passos.

Questão 04

Não se pode afirmar, sobre a criança que interpelou a narradora:

- Ela estava tão suja que a cor natural de sua pele ficava mais escurecida.
- Ela amedrontou a narradora, por isso esta se apressou em comprar um doce para ele.
- Ela despertou, na narradora, os sentimentos de gratidão, de revolta e de vergonha.
- Há mais de uma hora, pedia doces às pessoas que eram interpeladas por ela, mas ainda não tinha sido atendida.
- Para ela, receber apenas um doce já era mais do que suficiente, por isso recusou quando a narradora ofereceu outro.

Questão 05

Acerca da transitividade verbal, observe este trecho do texto: “Por um instante perplexa, eu me recompus logo e *ordenei*, com aspereza, à *caixeira* que o servisse.” Os trechos em itálico estabelecem, entre si, uma determinada relação de dependência sintática. Assinale a alternativa abaixo que estabelece um tipo de relação sintática igual ao que se vê nas palavras destacadas:

- Todos aqueles livros pertenciam àquelas meninas tão lindas, tão limpas, tão intocáveis.
- Ela nem quis saber: levantou-se apressadamente e dirigiu-se, sem sequer pestanejar, à primeira casa que surgiu à sua frente.
- Ninguém pode duvidar que todos os que desobedecem à sua mãe e ao seu pai, um dia, terá amargas recompensas por seus feitos.
- Não adianta questionar com aquela moça. Ela passa tardes e noites assistindo às novelas e aos filmes, sem se importar com todos os que transitam ao seu redor.
- Delicadamente, todas as senhoras ali presentes entregaram às crianças, com evidente prazer, os presentes que haviam conseguido coletar para aquela ocasião.

Questão 06

Além de indicar diminutivo, o sufixo (inho/-zinho) é usado, pelos falantes da Língua Portuguesa, com outros significados. Das alternativas abaixo, indique a que apresenta uma explicação adequada para o uso desse sufixo.

- a) Amo muito minha *mãezinha!* (indicação de tamanho)
- b) Uau! Que *vestidinho* lindo! (Indicação de apreço)
- c) Estou com uma *dorzinha* de cabeça há dias. (indicação de carinho)
- d) Pedro não suporta que o chamem de *carequinha*. (indicação de tamanho)
- e) Encontrei um *cabelinho* em minha comida. (indicação de afetividade)

Questão 07

No texto, *As Caridades Odiosas*, predomina a função emotiva da linguagem, porque:

- a) É a linguagem característica das notícias de jornal, do discurso científico, dos textos didáticos ou qualquer texto (oral ou escrito) que privilegie a exposição de conceitos.
- b) É a linguagem comum dos textos líricos, das cartas pessoais, canções de amor, autobiografias, memórias e depoimentos.
- c) O destaque é dado ao código (a língua), numa situação em que, para explicar o código, emprega-se o próprio código.
- d) O emissor procura testar a eficiência do canal de comunicação, tentando prolongar ou não o contato com o receptor ou mesmo fortalecer este canal.
- e) É a função característica dos textos publicitários, também presente em discursos políticos e em sermões religiosos.

O texto a seguir será base para responder às questões **08** e **09**.

“(…) O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma 'certa' de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso 'consertar' a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.)

Questão 08

Da leitura do texto, pode-se inferir:

- a) Não é responsabilidade da escola discutir acerca do preconceito linguístico.
- b) Não existe uma única forma 'certa' de falar, com base na língua escrita.
- c) A escrita é o espelho da fala. Por isso, falar como se escreve é o ideal.
- d) Há comunidades linguísticas que são incapazes de falar igual ao modo como se escreve.
- e) É objetivo educacional mais amplo de educação enfrentar os preconceitos culturais.

Questão 09

As duas crenças citadas no texto dizem respeito:

- a) Ao problema do preconceito linguístico e ao objetivo educacional.
- b) À Língua Portuguesa e ao problema do preconceito linguístico.
- c) Ao objetivo educacional e à existência de uma única forma certa de falar.
- d) À existência de uma única forma certa de falar e à escrita ser o espelho da fala.
- e) Ao conserto da fala errada do aluno e à escrita ser o espelho da fala.

Questão 10

Observe o aviso abaixo:



<https://encryptedtbn0.gstatic.com/image?q=tbn:ANd9GcR01IA1SH6UcGfP5LXfpZ6YB23YCa9elbLNd9RNPFtK0cuJB>. Acesso em 29/07/19)

Com base no período composto por subordinação, o aviso contido no texto, será correto afirmar que:

- a) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de causa, porque a quebra do produto será o motivo do pagamento.
- b) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de consequência, porque a quebra do produto será o resultado do pagamento.

- c) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de tempo, porque a quebra do produto será no momento do pagamento.
- d) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de proporção, porque a quebra do produto ocorrerá ao mesmo tempo em que o pagamento.
- e) Entre os seus verbos, apresenta uma relação de condição, porque a quebra do produto será a condição para o pagamento ser realizado.

Questão 11

Das alternativas abaixo, a única que apresenta uma oração coordenada que expressa adição é:

- a) A natureza pede socorro, e o ar e as águas continuam sendo poluídos.
- b) Na viagem toda, o rebanho não comeu nem bebeu água.
- c) Os eleitores votam com frequência, e muitos não valorizam seu voto.
- d) Corri, lutei e perdi.
- e) Jamais desistimos e desanimamos diante do primeiro obstáculo!

Questão 12

Em Língua Portuguesa, toda palavra variável, quando associada a um substantivo, deve ser flexionada para se adaptar a ele. A esse fenômeno, dá-se o nome de concordância nominal. Em que alternativa abaixo as regras dessa concordância foram devidamente seguidas?

- a) Gritos e músicas estranhos eram ouvidos no velho casarão.
- b) Paredes e pisos claras tornam os ambientes mais agradáveis.
- c) As cópias vieram anexos ao contrato.
- d) Ontem, bastante alunos realizaram um protesto contra a gestão da escola.
- e) As atletas ficaram bastantes cansadas depois da maratona.

Questão 13

Nas alternativas a seguir, todos os verbos estão devidamente flexionados, exceto:

- a) Mais de um diretor se acusaram pelo fracasso do projeto.
- b) Dentre os moradores, apenas 10% não ligam para a situação precária do condomínio.
- c) O rebanho, repleto de animais cansados e famintos, andavam sem rumo.
- d) Quando eu cheguei à escola, era uma hora e vinte; quando você chegou, eram três.
- e) Dez toneladas não seria demais para um caminhão tão velho?

Questão 14

Observe o texto a seguir:

“Fiquei sabendo que o Adalberto deu entrevistas dizendo que, por enquanto, não existia nada disso, e eu já disse que sequelas não existem. Divergências, não devia haver. Existem certas coisas que você não concorda, que discorda mais veementemente em um ambiente de trabalho. Como resolvemos? Pelo diálogo franco com a diretoria.”

(<https://veja.abril.com.br/esporte/a-prova-de-fofoca-leao-cita-covardia-e-avisa-nada-me-segura-aqui/>. Acesso em 31/07/19)

Com base na norma-padrão da Língua Portuguesa, está correto o que se afirma em:

- a) No trecho “e eu já disse que sequelas não existem”, há erro de concordância verbal, porque o verbo *existir* deve concordar com o pronome singular *eu*.
- b) No trecho “Fiquei sabendo que o Adalberto deu entrevistas”, *entrevista* devia estar no singular, para que pudesse concordar com a forma verbal *deu*.
- c) No trecho “Existem certas coisas que você não concorda” não há erro de regência verbal.
- d) A concordância da locução verbal *devia haver*, no trecho “Divergências, não devia haver” está correta, porque, neste trecho, o sentido do verbo *haver* não permite flexões.
- e) A concordância da locução verbal *devia haver*, no trecho “Divergências, não devia haver” está incorreta, porque, neste trecho, o sentido do verbo *haver* permite flexões.

Questão 15

Acerca das regras ortográficas vigentes na Língua Portuguesa, indique a alternativa em que todos os vocábulos estão grafados corretamente:

- a) Ela passava o dia todo na frente do xalé, embrulhada em seu xale.
- b) O resultado da ultra-sonografia, junto com os outros exames, mostrou que minha amiga era hipersensível à lã.
- c) Aquela criança parecia muito mal, porque estava pálida. O quadro anti-higiênico que ela apresentava parecia ser a principal causa daquele mau momento.
- d) Muitos prédios foram interditados devido à infraestrutura precária que apresentavam. E ainda por cima, vários deles apresentavam um superaquecimento nos apartamentos.
- e) A cerca de três meses, a diretoria discutiu a cerca dos problemas que pareciam mais graves para a empresa, mas nada foi dito acerca das possíveis demissões.

PROVA: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 16

Nas palavras da autora Odete Medauar (2014; pag.148): “A Administração deve zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público. Se a Administração verificar que atos e medidas contêm ilegalidade, poderá anulá-los por si própria; se concluir no sentido da inoportunidade e inconveniência, poderá revogá-los”. No texto, a que Princípio administrativo a autora se refere?

- a) Princípio da Legalidade Administrativa.
- b) Princípio da Autotutela Administrativa.
- c) Princípio da Moralidade Administrativa.
- d) Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.
- e) Princípio da Autoexecutoriedade.

Questão 17

Define-se **Licitação Pública** como o conjunto de procedimentos administrativos destinados à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a administração. Regra geral, os serviços, as obras, as compras e locações da administração são, necessariamente, precedidas de licitação. Desta forma, o governo deve comprar e contratar serviços seguindo estritas regras previstas na Lei de Licitações e Contratos. Contudo, a Administração também cuidou de quebrar a rigidez do processo licitatório para casos especiais e assim, por permissão legal, efetuar a compra de materiais, bens e serviços ou mesmo a contratação de obras dispensando a licitação. Também criou situações de inexigibilidade quando houver impossibilidade jurídica de competição entre os diversos contratantes. Assinale abaixo a alternativa na qual não está contemplada uma hipótese de dispensa de licitação:

- a) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) Para as compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- c) Para a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- d) Para a compra ou locação de imóvel, destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- e) Para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem

como para prestação de serviços de informática à pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.

Questão 18

A doutrina aponta cinco espécies de atos administrativos: **atos normativos; atos ordinatórios; atos negociais; atos enunciativos e atos punitivos**. Assinale abaixo a única alternativa em que a definição corresponde à espécie de ato:

- a) Os atos **ordinatórios** são comandos gerais e abstratos proferidos pela Administração Pública que não têm autoridade para inovar o ordenamento. Através da autoridade que tem o poder de editá-los, têm como função explicar e especificar um comando já contido em lei. Citem-se como exemplos os decretos, as instruções normativas, os regimentos e resoluções.
- b) Os atos **normativos** são aqueles editados no exercício do poder hierárquico com o objetivo de disciplinar as relações internas da administração pública. São editados pela autoridade superior com diversos objetivos a exemplo de: ordenar a atuação dos agentes para determinado fim; determinar a instauração de processo disciplinar; formalizar a comunicação escrita e oficial entre órgãos públicos e entidades administrativas.
- c) Os atos administrativos **negociais** são aqueles editados a pedido do particular para que seja viabilizado o exercício de determinada atividade ou a utilização de um bem público. Nesses atos, a vontade da administração coincide com a pretensão do particular. A Administração analisa o requerimento e verifica se são cumpridas as exigências da lei ou da conveniência e oportunidade do ato discricionário, para então conceder ou não conceder o que lhe foi pedido.
- d) Os atos **punitivos** são aqueles que expressam opiniões ou que certificam fatos no âmbito da Administração Pública. São atos administrativos apenas no sentido formal. São meramente declaratórios, fugindo assim do conceito do próprio ato, a exemplo das certidões, atestados e também os pareceres.
- e) Os atos **enunciativos** são aqueles que restringem direitos ou interesses dos administrados que atuam em desconformidade com a ordem jurídica.

Questão 19

Em termos genéricos, o contrato é definido como uma relação jurídica bilateral formada pela expressão de vontade das partes, as quais se obrigam, de maneira recíproca, às prestações propostas no acordo. Em consequência, vedada será qualquer alteração ou extinção do acordo firmado de maneira unilateral. Na administração pública, encontramos diferenças nesta definição. Carvalho Filho (2010, p. 183) escreve que “o princípio da igualdade entre as partes, que importa

a regra da imutabilidade dos contratos, deve passo ao da desigualdade, ao predomínio da vontade da Administração sobre a do outro contratante". Sobre a possibilidade da Administração colocar-se em posição de supremacia, assinale a resposta incorreta:

- a) O direito da administração modificar unilateralmente o contrato administrativo decorre da indisponibilidade do interesse público. A característica de exorbitância presente na teoria dos contratos administrativos é também denominada de *mutabilidade* ou *ius variandi*.
- b) A administração pode se utilizar das cláusulas de exorbitância, modificando unilateralmente o contrato ainda que tal modificação venha a causar prejuízo ao particular, uma vez que o interesse público sempre prevalecerá sobre o privado.
- c) As cláusulas exorbitantes não representam aniquilamento dos interesses do contratante no objeto de sua pretensão contratual.
- d) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- e) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado, contudo, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.

Questão 20

Para Hely Lopes Meirelles (2009, p.201), uma licitação pode ser REVOGADA. O Art. 49 da Lei 8.666/93 trata sobre o tema. Assinale abaixo a alternativa que não contenha uma afirmação verdadeira sobre a revogação:

- a) A autoridade competente para aprovar o procedimento licitatório somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- b) A autoridade competente para aprovar o procedimento licitatório deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- c) Sendo a licitação uma iniciativa da Administração Pública em cujos atos prevalece o interesse público, declarado nulo o procedimento licitatório, não gerará para a contratante (administração), em qualquer caso, a obrigação de indenizar o possível contratado.
- d) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

- e) Existindo o desfazimento do processo licitatório, restarão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Questão 21

Determinada boate situada na cidade de Igarassu foi interditada pelo Corpo de Bombeiros, quando, em inspeção periódica, representando o poder público (atividade estatal), identificou não existirem as condições adequadas para a evacuação do local em caso de incêndio. Embora o proprietário do estabelecimento seja também o dono do imóvel e sobre ele exerça seus direitos, assinale a alternativa correta:

- a) O poder público agiu corretamente, utilizando-se do poder de polícia, limitando o exercício dos direitos individuais sob a justificativa de proteção ao interesse coletivo, beneficiando assim a coletividade.
- b) O poder público agiu incorretamente porque usou do poder discricionário na interdição do estabelecimento, ferindo, pela interdição, o exercício da cidadania do dono do estabelecimento.
- c) O poder público agiu corretamente, utilizando-se do poder disciplinar para coibir conduta do particular limitando o exercício dos direitos individuais em prol do interesse coletivo.
- d) O poder público, agiu corretamente, utilizando-se do poder hierárquico porque, justificado pela proteção ao interesse coletivo, a atividade estatal limitou o exercício dos direitos individuais, beneficiando a coletividade.
- e) O poder público agiu incorretamente, porque negou ao particular, dono do imóvel e cidadão, o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Questão 22

"O controle da Administração Pública é o poder de fiscalização e correção que sobre ela exercem os órgãos dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com o objetivo de garantir a conformidade de sua atuação com os princípios que lhes são impostos pelo ordenamento jurídico" (DI PIETRO, 1998). O controle é o instrumento que pretende garantir a atividade da administração pautada nos princípios constitucionais da moralidade, legalidade, finalidade pública e o da eficiência. Sobre o tema, é incorreto afirmar:

- a) É o próprio Poder Executivo quem efetiva o Autocontrole ou controle interno.
- b) O controle externo é exercido pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo com a ajuda do Tribunal de Contas.
- c) O controle social é implementado pela sociedade civil. Ele se realiza por meio da participação nos processos de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações realizadas pelo gestor público e também na execução das políticas e programas públicos.

- d) O controle de legalidade corresponde à verificação da compatibilidade formal do ato administrativo com a legislação infraconstitucional.
- e) No controle do mérito, ocorre a avaliação da conveniência e oportunidade relativas ao motivo e ao objeto que impulsionaram a edição do ato administrativo discricionário, cabendo ao Poder Judiciário apreciá-los, no exercício do controle judicial, não só quanto à legalidade como também ao mérito dos atos administrativos, opinando sobre a sua conveniência e oportunidade.

Questão 23

Serviço Público pode ser definido como a atividade prestacional exercida pelo poder público com o objetivo de propiciar diretamente, aos seus administrados, benefícios e bens, suprimindo assim as necessidades da população. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. A prestação dos serviços públicos pode ser realizada por pessoa pública ou privada e deve obedecer a princípios específicos os quais garantem uma identidade própria ao instituto.
- II. Tradicionalmente, mencionam-se três princípios que norteiam a execução dos serviços públicos: princípio da continuidade – princípio da igualdade – princípio da mutabilidade. Com a evolução da noção de serviço público, outros princípios foram introduzidos, a exemplo do princípio da generalidade ou universalidade e princípio da modicidade.
- III. Os princípios dos serviços públicos, em verdade, norteiam todas as atividades administrativas, uma vez que objetivam atender ao interesse público, pressupondo assim uma atuação contínua e de acordo com os mesmos princípios;
- IV. Os serviços públicos da espécie *uti singuli* são aqueles prestados a usuários determinados, sendo possível mensurar a sua utilização por cada um deles.
- V. A prestação dos serviços públicos não pode se submeter aos preceitos contidos no CDC - Código de Defesa do Consumidor, uma vez que sempre são realizados em nome do interesse público.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I, II, III, IV e V.
b) I, III e V.
c) II, IV e V.
d) I, II, III e IV.
e) I, II e V.

Questão 24

No entendimento de Hely Lopes Meirelles, “*Decretos, em sentido próprio e restrito, são atos administrativos da competência exclusiva dos chefes do Executivo,*

destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas de modo expresso, explícito ou implícito pela legislação”. Quando o Presidente da República cria um Decreto objetivando a fiel execução de determinada lei, estará exercendo o:

- a) Poder de Polícia.
b) Poder Regulamentar.
c) Poder Discricionário.
d) Poder Autoritário.
e) Poder Disciplinar.

Questão 25

Nos termos da Lei 8.666/93, “*considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada*”. Os contratos administrativos clássicos são os que têm como objeto obras, compras, serviços, alienações, concessões, permissões e locações (Art.2º da Lei). Sendo o órgão estatal uma das partes do vínculo contratual, não podem prevalecer os mesmos preceitos aplicáveis aos contratos firmados entre particulares.

Sobre o tema, qual das alternativas abaixo traz como conteúdo **a definição do instituto** da “*não invocação da exceção do contrato não cumprido – exception non adimpleti contractus*”, presente na relação contratual firmada com o poder público?

- a) É a imposição de sanções por atraso ou inexecução sem a necessidade de pronunciamento de qualquer outro poder ou órgão.
- b) É o encerramento da vigência do contrato, antes do prazo final estipulado, sem a anuência do contratado, uma vez que houve descumprimento de cláusulas ou por razões de interesse público.
- c) É impossibilidade do contratado invocar o descumprimento de causas contratuais pela administração, tentando eximir-se do cumprimento de seus encargos. Em virtude do interesse público, a execução de um contrato firmado com a administração não pode ser interrompido.
- d) É a possibilidade da Administração, objetivando melhor adequá-lo às finalidades do interesse público, modificar unilateralmente o contrato, sem consentimento do contratado, respeitando, contudo, seus direitos.
- e) É a responsabilização do contratado pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato. Sem que a responsabilidade do contratado seja reduzida ou excluída, a administração poderá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado para que possam ser identificadas irregularidades e/ou defeitos.

PROVA: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

Constituem patrimônio público municipal, com cadastramento obrigatório, todos os bens móveis e imóveis, semovente, direitos e ações, sendo eles de **uso comum do povo**, de **uso especial** ou **bens dominicais**. Contudo, mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado tais bens públicos podem ser usados por terceiros. Essa utilização, entretanto, se submete a **revisões periódicas** para que se verifique o fiel cumprimento às regras contratuais acordadas, sob pena de revogação. Com qual periodicidade a Prefeitura Municipal revisará tais contratos?

- a) 5 anos.
- b) 1 ano.
- c) Apenas ao final de cada mandato municipal.
- d) 6 anos.
- e) 4 anos.

Questão 27

O poder legislativo do município é exercido pela Câmara Municipal, contudo, efetivamente, o poder municipal é exercido pelo povo, nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município. O exercício do poder pelo povo é exercido de forma indireta através de seus representantes eleitos e também, de forma direta, através de alguns instrumentos escolhidos pela legislação vigente. Assinale abaixo a única alternativa na qual todos os instrumentos mencionados são os escolhidos pelo Município de Igarassu através da Lei Orgânica do Município:

- a) Voto popular – Plebiscito – Sessões ordinárias semestrais.
- b) Plebiscito – Referendo – Iniciativa popular no processo legislativo.
- c) Referendo – Voto direto e secreto – Iniciativa popular no processo legislativo.
- d) Voto popular – Referendo – Plebiscito.
- e) Iniciativa popular no processo legislativo – Voto popular – Sessões ordinárias semestrais.

Questão 28

O processo Legislativo Municipal compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos. A Lei Orgânica do Município determina a quem cabe a **iniciativa dos Projetos de Lei**. Assinale abaixo a alternativa na qual consta pessoa não autorizada a realizar tal iniciativa:

- a) Secretários Municipais.
- b) Comissão Permanente da Câmara Municipal.
- c) Qualquer Vereador.
- d) Prefeito.
- e) Eleitorado.

Questão 29

Controle de contas públicas é o nome que se dá para a necessidade óbvia de se saber se o dinheiro público está sendo corretamente empregado, já que seu verdadeiro dono é o povo e não o governante. Sobre o tema, assinale abaixo a alternativa incorreta em relação ao que o Município de Igarassu previu para operacionalizar esse controle:

- a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e das unidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional será exercida pela Câmara mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- b) O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- c) O Poder Legislativo manterá, de forma integrada com o Poder Executivo, sistema de controle interno com finalidades específicas, a exemplo de apoio o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- d) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Prefeito e Secretário de Finanças, sob pena de responsabilidade solidária.
- e) O Prefeito prestará contas anuais da administração financeira geral do Município à Câmara em prazo estabelecido pela Lei Orgânica do Município.

Questão 30

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Igarassu, a Câmara poderá realizar “Tribuna Popular”, espaço democrático a ser utilizado por entidades representativas de setores sociais ou munícipes que assim desejarem. Nas alternativas abaixo, estão elencadas as entidades consideradas como representativas de setores sociais, com exceção da descrita na alternativa:

- a) Entidades estudantis, científicas e culturais.
- b) Entidades de defesa dos direitos humanos e da cidadania.
- c) Imprensa local para fins midiáticos.
- d) Sindicatos e associações profissionais e as entidades assistenciais de cunho filantrópico.
- e) Associações de moradores e suas federações.

PROVA: ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Questão 31

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são ativos, passivos e patrimônio líquido.

Indique a sequência correta que preenche as lacunas abaixo:

(____) É uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

(____) É um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

(____) É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

- a) Passivo – Patrimônio Líquido – Ativo.
- b) Passivo – Ativo – Patrimônio Líquido.
- c) Ativo – Passivo – Patrimônio Líquido.
- d) Ativo – Patrimônio Líquido – Passivo.
- e) Patrimônio Líquido – Ativo - Passivo.

Questão 32

Analise as proposituras a seguir e aponte o **número de itens corretos** quanto à conceituação e aos objetivos da Auditoria Interna:

➤ A Auditoria Interna é exercida apenas nas pessoas jurídicas de direito privado;

➤ A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos;

➤ A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado;

➤ A atividade da Auditoria Interna tem, por finalidade, agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

- a) Zero.
- b) 01.
- c) 02.
- d) 03.
- e) 04.

Questão 33

São considerados Bens Imóveis classificados como de Uso Especial:

- a) Aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- b) Os que podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.
- c) Os destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Apenas as alternativas “a” e “b” estão corretas.

Questão 34

Os princípios orçamentários, instituídos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina, objetivam estabelecer regras básicas norteadoras, buscando conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Devem ser aplicados para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

“Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do artigo 2º da Lei nº 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo §5º do artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, determina que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público” (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª. edição, página 31).

Aponte a alternativa que descreve o princípio orçamentário no excerto acima:

- a) Princípio da Publicidade.
- b) Princípio da Exclusividade.
- c) Princípio da Unidade ou Totalidade.
- d) Princípio da Universalidade.
- e) Princípio da Anualidade ou Periodicidade.

Questão 35

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão padronizadas quanto à sua

estrutura e definições dos elementos que as compõem na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

() Demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

() Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício.

() Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

() Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, o qual representa um medidor do quanto o serviço público, ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Em relação às DCASP, indique a sequência correta que preenche as lacunas acima:

- Balço Orçamentário – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Balço Financeiro – Demonstração das Variações Patrimoniais.
- Balço Financeiro – Demonstração das Variações Patrimoniais – Balço Patrimonial – Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Balço Orçamentário – Balço Financeiro – Balço Patrimonial – Demonstração das Variações Patrimoniais.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Balço Financeiro – Balço Patrimonial – Balço Orçamentário.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – Balço Orçamentário – Balço Financeiro – Balço Patrimonial.

Questão 36

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TSP 11, que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, julgue os itens a seguir

em Verdadeiro (V) ou Falso (F) e aponte depois a sequência correta:

() A finalidade das demonstrações contábeis é proporcionar informação sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade que seja útil a grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões sobre a alocação de recursos. Especificamente no setor público, devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações diversas.

() As demonstrações contábeis devem ser identificadas claramente e distinguidas de qualquer outra informação que porventura conste no mesmo documento divulgado.

() A entidade deve apresentar, como informação mínima, ao menos o balanço patrimonial, com informação comparativa relativa ao período anterior, bem como as respectivas notas explicativas.

() As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como componente separado das demonstrações contábeis.

() Políticas contábeis inadequadas devem ser convalidadas em razão de sua divulgação, seja por meio de notas explicativas ou qualquer outra divulgação explicativa.

- F, F, V, V, F.
- V, F, V, F, V.
- F, V, F, V, F.
- V, V, F, V, F.
- F, F, V, F, V.

Questão 37

No que concerne ao Controle no setor público municipal, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estipula que:

- A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei;
- O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver;
- O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) III, apenas.

Questão 38

A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016, indica a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Em determinado capítulo, identifica os conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos para as NBCs TSP e pelos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis quando não existirem regramentos específicos constantes das NBCs TSP. O objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Nesse contexto, indique a opção que preenche corretamente a lacuna abaixo:

“O _____ de um ativo é a importância fornecida para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou ao valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento”.

- a) Custo histórico.
- b) Valor de mercado.
- c) Custo de reposição ou substituição.
- d) Preço líquido de venda.
- e) Valor em uso.

Questão 39

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Quanto aos dispositivos relativos aos créditos adicionais, previstos nos artigos 40 a 46, desta Lei, pode-se afirmar que:

- a) São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas no Plano Plurianual.

- b) Os créditos adicionais classificam-se em: suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; extraordinários, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; e complementares, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- c) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto legislativo.
- d) Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos suplementares e extraordinários.
- e) Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Questão 40

Levando-se em consideração as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as assertivas abaixo:

- I. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- II. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. Não será admitida a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, mesmo quando comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- III. Para os fins de cumprimento ao estabelecido em dispositivo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder a determinados percentuais da Receita Corrente

Líquida. Na esfera municipal, os limites são: 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e 57% (cinquenta e sete por cento) para o Executivo.

- IV. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.
- V. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas fixadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com ênfase apenas no que se refere ao atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II, III e V, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

Questão 41

À semelhança de qualquer outra organização, o Estado necessita angariar recursos financeiros que possam custear a realização de seus objetivos. A atividade financeira do Estado consiste no conjunto de atos por ele praticados para obter, gerir e aplicar os recursos financeiros de que necessita para atingir seus fins. Tais recursos são denominados de receita pública. Sobre o tema e suas particularidades, assinale a resposta incorreta:

- a) Sabendo-se que as receitas públicas são os recursos previstos em legislação e arrecadados pelo poder público com a finalidade de realizar gastos que atendam às necessidades ou demandas da sociedade, pode-se concluir que se originam tanto da exploração de patrimônio de pessoa jurídica de direito público quanto do poder do Estado de exigir prestações pecuniárias dos cidadãos.
- b) A soberania caracteriza-se por ser uma expressão do poder estatal. É o conjunto de prerrogativas e poderes que devem ser exercidos pelo Estado para a consecução dos objetivos previstos na Constituição. Exercendo seu papel de responsável pelo suprimento das necessidades da coletividade, o Estado necessita de uma fonte permanente de recursos a serem carreados aos cofres públicos. O Direito Tributário é o ramo do direito criado para estudar e sistematizar os princípios e normas

atinentes à obtenção de receitas estatais enquadradas no conceito de tributos.

- c) Na classificação das receitas públicas, no que tange à coercibilidade, tem-se que a receita originária é aquela proveniente do patrimônio público, bens e direitos estatais que são colocados à disposição da sociedade mediante pagamento.
- d) Na obtenção das receitas derivadas, advindas da exploração do patrimônio do próprio Estado, a exemplo de aluguéis por ele recebidos; receitas da venda de bens; dividendos recebidos por participação em empresas; lucro de empresas estatais etc, o Estado não se utiliza do chamado poder de império, encontrando-se em posição de igualdade em relação ao particular.
- e) Nascidas, predominantemente da autonomia da vontade individual nas relações jurídicas, a exemplo dos contratos, surgem as receitas originárias do Estado. São receitas advindas das rendas produzidas pelos ativos do poder público. Nesses casos, a soberania estatal não está presente, existindo assim horizontalidade na relação jurídica entre o Estado e o cidadão agindo a Administração Pública como uma pessoa comum, estabelecendo relações contratuais com outras pessoas, de acordo com suas necessidades.

Questão 42

O Prefeito de determinado município, através de decreto municipal por ele assinado, em 20/07/2019, criou uma nova taxa de serviços que passará a ser cobrada em 01/01/2020. Quanto à referida criação, pode-se afirmar:

- a) A criação será constitucional e a todos deverá ser imposta, porque aquele tributo ainda não estava instituído em lei municipal.
- b) A criação será válida, porque terá respeitado o princípio constitucional da anterioridade.
- c) A criação será inconstitucional, porque não respeitará o princípio da legalidade, basilar no Direito Tributário.
- d) A criação será constitucional, no entanto, só poderá ser cobrada transcorridos 90 (noventa) dias do exercício de 2020, em respeito ao princípio da anterioridade nonagesimal, peculiar às taxas.
- e) A criação será inconstitucional porque taxas só podem ser criadas pela União.

Questão 43

O tema "separação dos Poderes" tem referência em Aristóteles, mas foi Montesquieu, em seu livro "O Espírito das Leis" que na modernidade produziu uma referência efetiva, prevendo a tripartição de poderes em: Legislativo, Executivo e Judiciário. Sobre o tema, assinale a resposta incorreta:

- a) O Brasil adota um rígido princípio de separação dos poderes, uma vez que cada poder exerce suas funções típicas com preponderância e exclusividade.
- b) Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, embora independentes entre si, devem atuar em equilíbrio e harmonia para atingir os fins previstos na Constituição. A criação do “sistema de freios e contrapesos” veio ratificar essa concepção constitucional, evitando a superioridade de um poder sobre os demais. Como exemplo, pode-se citar a função jurisdicional do Legislativo (que tem por função precípua a normativa), quando o Senado processa e julga o Presidente da República ou os Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade; ou quando exerce função administrativa ao organizar seus serviços internos ou a gestão de seus bens, servidores e serviços.
- c) No modelo de Estado federativo, adotado pelo Brasil, os estados-membros são dotados de autonomia política, administrativa e financeira, possuindo capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração. Contudo, não possuem soberania, uma vez que apenas o Estado Federal (a República Federativa do Brasil), detém tal atributo.
- d) O “sistema de freios e contrapesos” pode ser entendido como o complemento natural e ao mesmo tempo garantidor da separação de poderes, isso porque possibilita que cada poder, no exercício de sua competência própria, não só controle outro poder como também seja por outro controlado, sem que isso signifique obstáculos ao seu funcionamento ou ao funcionamento alheio ou ainda, como possa parecer, invasão à sua área de atuação.
- e) O “sistema de freios e contrapesos” foi instituído pela Constituição Federal objetivando, criar mecanismos capazes de concretizar a harmonia entre os três poderes, evitando que um Poder se sobressaia sobre os demais, como, por exemplo, a possibilidade de que o Poder Judiciário, exercendo uma função atípica, declare a inconstitucionalidade das leis.
- d) A intervenção na propriedade privada.
- e) Realizar ações disciplinares para com seus servidores públicos.

Questão 45

O agir da Administração Pública é direcionado por princípios. Tais princípios se traduzem como postulados fundamentais que inspiram e norteiam a atividade estatal de maneira que, nas palavras de Cretella Júnior em seu livro Dicionário de direito administrativo, p.45, afirma “*não se pode encontrar qualquer instituto do Direito Administrativo que não seja informado por tais princípios*”. A Constituição Federal, no *caput* do art. 37, estabelece de forma **expressa** alguns princípios básicos que devem pautar a atuação da Administração Pública: **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**.

Nas alternativas abaixo, identifique aquela que não contém a definição correta do princípio destacado:

- a) PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – Traz, em seu bojo, a implicação da subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, independentemente do cargo ocupado, devem ser instrumentos da fiel realização das finalidades normativas. Caracteriza-se pela restrição de vontade, no sentido de que os agentes administrativos só podem agir “se” e “quando” a lei autorizar, isto é, só podem atuar em consonância com a vontade geral (legalidade administrativa) e não com suas pretensões pessoais. Enquanto, no campo privado, os indivíduos podem fazer tudo o que a lei não proíba, o administrador público só poderá atuar onde a lei autorize. Contudo, constituem exceção ao princípio da legalidade para a administração pública: a medida provisória, o estado de defesa e o estado de sítio.
- b) PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE – Objetiva a igualdade de tratamento dispensado pela administração aos seus administradores que se encontrem na mesma situação jurídica, sem preferir ou beneficiar pessoa determinada. Nesse aspecto, assemelha-se ao Princípio da Isonomia, porém, para que haja a absoluta impessoalidade, a Administração deve voltar-se exclusivamente para o interesse público e não para o privado.
- c) PRINCÍPIO DA MORALIDADE – Tal princípio liga-se à ideia de probidade e de boa-fé. O constituinte pretendeu coibir a imoralidade no âmbito da administração, impondo a necessidade de atuação ética dos agentes públicos, traduzida na capacidade de distinguir entre o que é honesto e que é desonesto. Pelo peso que a fidelidade a tal princípio traz, e considerando que o interesse público se sobrepõe ao particular, havendo previsão legal, não será considerado ofensa ao princípio da moralidade administrativa, o comportamento da administração que, em plena conformidade com a lei, ofenda a moral, os bons

Questão 44

Conceitua-se Direito Administrativo como o conjunto harmonioso de normas e de princípios jurídicos, que regem as relações entre a Administração Pública, suas entidades, agentes e órgãos públicos, no concernente às atividades estatais e tudo o que diz respeito à maneira de como se atingir as finalidades estatais. Com relação ao conceito de Direito Administrativo e suas atuações, não se verifica:

- a) A ação de administrar o patrimônio público
- b) Praticar atividades de caráter normativo.
- c) A regência e realização de atividades contenciosas de forma definitiva.

costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e a ideia comum de honestidade.

- d) **PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE** - Enfoca os embasamentos legais para a divulgação dos atos administrativos não só para a própria administração (integrantes dos órgãos ou da entidade) como para a sociedade (cidadãos) através do Diário Oficial e jornais de grande circulação, trazendo eficácia para os atos administrativos, resguardando a eficiência e a moralidade da Administração Pública. A Publicidade da Administração Pública traz consigo a interpretação Jurídica legal na qual deve ser respeitada, pois, em caso de omissão não traz seus efeitos regulares, podendo ocasionar a invalidação dos atos administrativos. Contudo, nos casos de segurança nacional, de investigações policiais ou interesse superior da Administração, encontram-se as exceções em relação à publicação dos atos, sob o argumento de que não pode ocorrer publicidade, quando esta representar risco à vida privada e quando colocar em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- e) **PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA** - Também denominado de “princípio da qualidade dos serviços”, foi inserido, no nosso ordenamento, através da EC 19/1998 que objetivou modernizar a máquina administrativa brasileira através da chamada Reforma do Estado. Tal princípio exige que presteza, perfeição e rendimento funcional estejam presentes na atividade administrativa, pressupondo o atendimento a vários requisitos, como produtividade, qualidade, economicidade, presteza, celeridade, flexibilização e desburocratização, além da necessidade de planejamento antecipado dos gastos públicos e redução dos desperdícios de dinheiro público. A busca pela eficiência deve ser feita com observância aos procedimentos e parâmetros previstos na lei, uma vez que a eficiência não é um valor absoluto e, por isso, não pode se sobrepor aos demais, especialmente ao da legalidade. Assim, dentre as opções de atuação previstas em lei, deve o administrador adotar aquela que melhor satisfaça a todos os princípios da Administração Pública, dentre eles o da eficiência.

Questão 46

A administração Pública é o conjunto de pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa. Quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por intermédio dos órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura funcional, chamamos de administração centralizada. Em outras palavras, na administração direta, a Administração Pública é, ao mesmo tempo, a titular e a executora do serviço público. Contudo, para algumas atribuições, o Estado enxerga a possibilidade de delegá-las a outras pessoas, físicas

ou jurídicas. Neste caso, estamos diante de uma descentralização, ou seja, o desempenho indireto das atividades públicas. Por fim, quando o Estado se desmembra em órgãos para melhorar sua organização estrutural, temos a desconcentração, identificada como uma distribuição interna de competências, ou melhor dizendo, uma distribuição ou organização de competências dentro da mesma pessoa jurídica, tendo, como resultado concreto, a criação de diferentes órgãos. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

- I. Autarquia é uma pessoa jurídica de direito público que detém, em nome próprio, direitos e obrigações, poderes e deveres, prerrogativas e responsabilidade. Possui praticamente as mesmas prerrogativas e sujeições da Administração Direta e, comparando-a, aos entes federados, União, os Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sua principal diferença está na incapacidade política para fazer suas próprias leis, limitando-se, portanto, à capacidade de autoadministrar-se, desde que nos limites impostos pela lei.
- II. Os Ministérios, as Secretarias de Estado e as Secretarias Municipais são entidades que compõem a Administração Direta do Estado.
- III. Nos termos da lei, são entidades que integram a administração indireta, sempre com personalidade jurídica de direito privado, as empresas públicas que exercem atividades econômicas e as sociedades de economia mista.
- IV. O desempenho da atividade administrativa por órgãos e agentes administrativos, que não compõem sua estrutura funcional, pressupõe a existência de, pelo menos, duas pessoas distintas: o Estado (representado pelos entes federados) e a pessoa física ou jurídica que executará o serviço, por ter recebido do Estado essa atribuição.
- V. Na desconcentração, por se tratar de mera técnica administrativa de distribuição interna de tarefas para aprimorar o desempenho e descongestionamento de atribuições, permitindo um desempenho mais adequado e racional das funções administrativas, os órgãos criados se constituem em unidades administrativas desprovidas de personalidade jurídica.

Está correto o que se afirma apenas, nos itens:

- a) I, II, III, IV e V.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e V.
- e) I, II, III e V.

Questão 47

Ainda sobre o tema Administração Direta e Administração Indireta, assinale a alternativa correta:

- a) O regime jurídico administrativo aplicável às entidades da administração indireta resulta na sujeição de seu pessoal às regras próprias do funcionalismo público, especialmente ao regime jurídico único do ente federado de que fazem parte.
- b) A desconcentração administrativa é feita por meio de contrato entre uma pessoa jurídica pública e uma pessoa jurídica privada.
- c) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, possuem capacidade de autodeterminação e são constituídas mediante capital público e privado.
- d) Uma sociedade de economia mista que explore atividade econômica não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.
- e) Os principais traços distintivos entre empresas públicas e sociedades de economia mista estão na forma jurídica e na constituição do capital social. As empresas públicas podem assumir qualquer forma jurídica admitida em direito, enquanto as sociedades de economia mista devem sempre assumir a forma de sociedade anônima. Já com relação à composição do capital social, as empresas públicas são formadas exclusivamente de capital público, enquanto as sociedades de economia mista conjugam capital público e privado, devendo a participação do capital público ser maior que 50%.

Questão 48

Poderes administrativos são aqueles concedidos por lei e que têm como objetivo instrumentalizar o administrador público na concretização de seu objetivo: a satisfação dos interesses públicos. Diferentemente dos poderes políticos (Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo), considerados poderes estruturais, por formarem a estrutura do Estado estabelecida na Constituição Federal, os Poderes Administrativos são prerrogativas juridicamente concedidas aos agentes administrativos para que o Estado alcance seus fins.

- 1. O _____ é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual, uma vez que o uso da liberdade e da propriedade deve ser entrosado com a utilidade coletiva, e não pode implicar em uma barreira para atrapalhar a realização dos objetivos públicos. Poderá ser exercido de forma preventiva ou repressiva.
- 2. O _____ é aquele que permite ao superior hierárquico exercer determinadas prerrogativas sobre seus subordinados, especialmente as de dar ordens, fiscalizar, controlar, aplicar sanções, delegar e avocar competências.
- 3. O _____ confere certa liberdade para o administrador valorar a oportunidade e a conveniência

da prática do ato administrativo, especialmente quanto ao seu motivo e ao seu conteúdo, observados os limites legais e dessa forma, usar seu juízo pessoal para escolher, entre várias condutas possíveis previstas em lei, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público.

4. O _____ se relaciona com a prática de atos cuja forma de execução está inteiramente definida na lei e, portanto, não admitem juízo de oportunidade e conveniência por parte do administrador público, que deverá se ater tão somente ao que a lei discrimina, respeitando todos os elementos necessários à sua prática. O agente, então, deve agir nos exatos termos e limites legais, sem margem para escolha de conduta diversa.

5. O _____ se expressa na possibilidade da administração interna punir aqueles, que submetidos à sua ordem, cometem infrações. Também aqueles que firmam contratos com o Poder Público poderão estar sujeitos a punições em virtude do vínculo contratual, desde que especificadas no instrumento as possíveis infrações puníveis.

6. O _____ expressa-se pela competência que têm os Chefes do Poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos) para editar atos administrativos normativos.

Sobre o tema, preencha as lacunas acima com a correta definição dos Poderes Administrativo nela enunciados. Em seguida, assinale a alternativa que contenha a sequência correta e responda à questão.

- a) poder de polícia - poder hierárquico - poder regulamentar - poder discricionário - poder vinculado - poder disciplinar.
- b) poder de polícia - poder hierárquico - poder discricionário - poder vinculado - poder disciplinar - poder regulamentar.
- c) poder regulamentar - poder hierárquico - poder discricionário - poder vinculado - poder disciplinar - poder de polícia.
- d) poder vinculado - poder disciplinar - poder regulamentar - poder de polícia - poder hierárquico - poder discricionário.
- e) poder disciplinar - poder regulamentar - poder discricionário - poder de polícia - poder hierárquico - poder vinculado.

Questão 49

Para os fins do Parágrafo Único do art.2º da Lei 8.666/1983, “considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”. Para caracterizar o contrato administrativo, não basta o consenso das partes; é necessário, ainda, que se observem certos requisitos formais indispensáveis. Abaixo estarão descritos

alguns deles. Assinale a alternativa que não contenha um desses requisitos:

- a) Devem ser formais e escritos, podendo ser verbais para pequenas compras.
- b) A formalização, por escrito, dos contratos ocorre, regra geral, nas repartições interessadas, facilitando assim o controle interno e externo exercido por parte dos órgãos competentes. A exceção dos contratos relativos a direitos reais sobre imóveis, nos quais se exige que o instrumento de contrato seja lavrado em cartório de notas.
- c) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos cujo valor se enquadre nos limites de concorrência e de tomada de preços; é facultativo nas compras com entrega imediata e integral, independentemente do valor, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação.
- d) Serão publicados, na imprensa oficial, apenas os resumos dos contratos de grande valor, submetidos à concorrência e à tomada de preço.
- e) Todos os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados *intuitu personae*, ou seja, em razão de condições pessoais do contratado, as quais são apuradas no procedimento da licitação.

configuração de ilícito administrativo naquilo que a doutrina denomina como conduta residual a ser apurada. Nessa hipótese, a decisão proferida pela instância penal não obrigará a esfera administrativa.

- d) A administração deverá dar continuidade ao processo, em qualquer hipótese, pois nunca haverá repercussão de um processo judicial sobre o administrativo, uma vez que a autonomia processual é prerrogativa federativa.
- e) A administração deverá dar continuidade ao processo administrativo instaurado e promover a aplicação da pena de ressarcimento a Mário, ainda que não tenha sido verificado dano efetivo ao erário em sua conduta ou não se comprove o dolo ou culpa do agente.

Questão 50

Mário, agente público municipal, agindo de forma negligente, causou dano ao patrimônio do Estado pela prática de peculato culposo, ato configurado como ilícito penal e administrativo. Foi aberto um processo administrativo e judicial para apuração do delito em ambas as esferas.

Por insuficiência de provas quanto a sua participação no fato, Mário foi absolvido das acusações no processo penal, não se configurando o delito penal porque as provas não foram suficientes para a condenação. A administração pública, mesmo ciente da absolvição de Mário, deu continuidade ao processo administrativo por entender que, administrativamente, o ilícito deva ser confirmado.

Opine corretamente:

- a) A Administração agiu corretamente porque as esferas não se confundem, e nem se sobrepõem, contudo, ao final, atenuará a pena a ser aplicada em virtude da decisão judicial favorável.
- b) A administração erra ao dar continuidade ao processo e deverá absolver Mário de todas as acusações, uma vez que a absolvição penal sempre deve prevalecer sobre a instância administrativa, por ser competência do judiciário.
- c) A administração agiu corretamente, pois, a insuficiência de provas que absolveu Mário da autoria não influirá na decisão administrativa se, além da conduta penal imputada, houver a